



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
Processo Número: 22035/2024
Data do Início: 23/09/2024
Rubrica: 72 Fls. 07

PARECER IMPUGNAÇÃO

Maricá, 25 de setembro de 2024.

Trata-se de resposta ao pedido de impugnação ao Edital referente ao Pregão Eletrônico nº 014/2024, cujo objeto é aquisição de bem, denominado mobiliário urbano com um sistema de captação de luz solar para obtenção de eletricidade "Árvores Fotovoltaicas", a serem instaladas em diversos locais públicos no âmbito do Município de Maricá, pela empresa SOLARTERRA ENGENHARIA LTDA.

I. DA ADMISSIBILIDADE

Nos termos da Lei Federal 14.133/2021, é cabível a impugnação, por qualquer pessoa, do ato convocatório do pregão na forma eletrônica até três dias úteis antes da data fixada para abertura do certame. Portanto a impugnação encontra-se tempestiva.

II. O PEDIDO

Em resumo, a impugnante contesta e propõe a apresentação de desenhos e croquis detalhados do objeto e retirada da previsão de patente nas especificações.

III. DA ANALISE DAS ALEGAÇÕES

Preliminarmente, é oportuno destacar que a licitação é o instrumento de seleção que a Administração Pública se utiliza, objetivando obter a proposta mais vantajosa aos seus interesses, é certo que o sentido de "vantajosa" não é sinônimo de, unicamente, mais

Av. Gilberto Carvalho, 1120
Inoã - Maricá - RJ - CEP: 24.944.000

E-mail: pmmiluminacao@gmail.com



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
Processo Número 22351/2024
Data do Início: 23/09/2024
Rubrica: 72 Fls. 08

econômica financeiramente, já que, a licitação busca selecionar o contratante e a proposta que apresentem as melhores condições para atender a reclamos do interesse coletivo, tendo em vista todas as circunstâncias previsíveis (preço, capacitação técnica, qualidade, entrega, etc). É o juízo discricionário do Administrador que determina as especificações do produto que pretende adquirir, de modo a extrair as melhores condições de sua utilização para adequar-se as suas realidades, sempre pautadas na razoabilidade e proporcionalidade dos meios aos fins, pois quando a lei confere ao agente público competência discricionária, isso significa que atribuiu ao agente o dever/poder de escolher a melhor conduta, dentre um universo de condutas possíveis, para a plena satisfação do interesse público, sendo a busca deste interesse público que pautou as especificações e exigências contidas no termo de referência do certame em questão.

Após breve relato do que se busca nas licitações, passa-se ao mérito:

A empresa impugnante solicita e propõe a (i) apresentação de desenhos e croquis detalhados do objeto e (ii) retirada da previsão de patente nas especificações do objeto.

Em relação a apresentação de desenhos e croquis detalhados do objeto, foi retificado o Termo de Referência, visto que o desenho e croqui da árvore fotovoltaica estava apenas contido no Estudo Técnico Preliminar. DEFERIDO.

No que tange a retirada da previsão de patente das especificações do objeto, não há razão de ser acolhida, de forma que um produto patenteado não tem rótulo de exclusividade em sua comercialização, a certidão de registro da marca no INPI confere a seu detentor o direito de utilizar exclusivamente o bem patenteado, mas não exclui a possibilidade de autorizar sua comercialização por terceiros.

A jurisprudência, nesse passo, entende que a requisição de patente não inviabiliza a concorrência do certame.

Nesse sentido o TCU no acórdão nº 2950/2020-Plenário, de 04 de novembro de 2020:

Av. Gilberto Carvalho, 1120
Inoã - Maricá - RJ - CEP: 24.944.000

E-mail: pmmiluminacao@gmail.com



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
Processo Número: 220351/2024
Data do Início: 23/09/2024
Publica: R Fis. 09

"Ao apreciar representação que apontava irregularidades na aquisição, pelo Ministério da Saúde, de medicamento para o tratamento de pacientes com esclerose múltipla, objetivando atender à demanda do SUS por um período estimado de doze meses, o Tribunal decidiu, por meio do Acórdão 1104/2020-TCU-Plenário, determinar ao órgão que *"não mais adquira o medicamento fingolimode por inexigibilidade de licitação, consoante verificado nos Contratos 24 e 36/2020, por infringência ao disposto no artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/1993, uma vez que não restou comprovada a inviabilidade da competição, diante da existência no mercado de empresas distribuidoras autorizadas pelo próprio fabricante a fornecer o mesmo medicamento"*. Mais especificamente, em razão da existência de diversas empresas distribuidoras aptas a fornecer o aludido medicamento, o colegiado concluiu que seria viável a realização de licitação, não estando, pois, presentes os requisitos previstos no art. 25 da Lei 8.666/1993 para a contratação direta. Inconformada, a empresa detentora da patente do medicamento interpôs pedido de reexame, argumentando, em síntese, que, a despeito da existência de distribuidoras por ela autorizadas, *"a realidade fática justifica a compra do medicamento via inexigibilidade de licitação, pois as distribuidoras praticam um preço superior"* ao dela, uma vez que *"incluem no preço um percentual de lucro e os seus custos de logística"*. Em seu voto, o relator destacou preliminarmente que, a teor do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, somente em situações excepcionais, devidamente previstas na legislação, é permitida a realização de contratações pelo setor público sem prévia licitação. Nesse contexto, consignou que o art. 25 da Lei 8.666/1993 estabelece ser inexigível a licitação apenas quando houver inviabilidade de competição, destacando precedente jurisprudencial do TCU, segundo o qual é *"possível que laboratório farmacêutico conceda a determinada empresa representação exclusiva pontual de seus medicamentos (com período, local e objeto determinados) , circunstância que justifica a inexigibilidade de licitação para a aquisição dos produtos distribuídos pela representante"*. Na situação dos autos, entretanto, *"o que se verifica é que o laboratório não concedeu a exclusividade de comercialização a nenhum fornecedor"*. Ao contrário, *"a própria recorrente afirmou nos autos que possui distribuidoras aptas a comercializar o medicamento"*. Quanto ao argumento de que as distribuidoras autorizadas não teriam condições de competir com a recorrente em licitações envolvendo grandes quantidades de medicamentos, o relator ponderou que *"se trata de questão a ser resolvida no bojo de cada processo licitatório. Ou seja, é mediante esse processo competitivo que se terá condições de avaliar a melhor proposta para a administração pública, não cabendo antever resultados para se justificar a não realização de licitação"*. Assim sendo, nos termos da proposta do relator, o Plenário decidiu negar provimento ao recurso."

Av. Gilberto Carvalho, 1120
Inoã - Maricá - RJ - CEP: 24.944.000

E-mail: pmmiluminacao@gmail.com



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
Processo Número 22351224
Data do Início: 23/09/2024
Publica: [assinatura] Fls. 30

Ainda, segundo o Superior Tribunal de Justiça (STJ), **a patente, por si só, não impede a realização de licitação por órgão público para contratação de produto/serviço relacionado ou similar à invenção:**

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO POR PREGÃO PRESENCIAL. EXCLUSIVIDADE. HIPÓTESE QUE NÃO SE ENQUADRA NAS HIPÓTESES DE LICITAÇÃO PREVISTAS NO ART. 25, INCISO I, DA LEI 8.666/93. 1. Buscou-se com a impetração anular o Pregão n. 040/2008, realizado pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, defendendo o impetrante que o fornecimento do produto licitado enquadra-se em uma das hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas no art. 25 da Lei 8.666/92 diante do privilégio de exclusividade para o fornecimento de "capa para tampa de reservatório de água potável (caixa d'água)", que está tutelado por carta de patente. 2. As hipóteses de contratação direta por inexigibilidade de licitação, elencadas no art. 25 da Lei 8.666/93, somente se justificam quando se configura a inviabilidade de competição, diante da existência de apenas um objeto ou pessoa capaz de atender às necessidades da Administração Pública. 3. Deflui do inciso I do referido dispositivo a necessidade de implementação das seguintes condições para que o fornecimento de equipamento ou produtos prescindam de licitação: (i) o produto estar tutelado por exclusividade, atestada por órgão ou entidades competentes para tanto, o que impede que o Estado adquira produto similar; (ii) quando inviável a competição pela ausência de outro licitante capaz de produzir objeto equivalente, que atenda às necessidades da Administração; e (iii) o produto, ainda que seja tutelado por patente, não possa ser fornecido por terceiros. 4. Assim, o que torna inexigível a licitação, segundo a dicção do inciso I do artigo 25 em referência, não é o simples fato de o fornecedor deter a patente de seu produto, mas o fato desse produto deter certas características peculiares, não encontradas nos produtos que lhe são concorrentes, e, ainda, que tais características sejam decisivas para contemplar o interesse público. 5. Na hipótese dos autos, o motivo explicitado pelo recorrente para contornar a exigência legal da realização do certame público, na verdade, não restou devidamente comprovado. A documentação juntada aos autos, notadamente o registro feito no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, não evidencia prontamente a exclusividade para todo e qualquer tipo de "capa para tampa de caixa d'água" - objeto da licitação, mas apenas demonstra que o recorrente detém a patente de um modelo de utilidade, e não de uma invenção. Ou seja, não há exclusividade para

Av. Gilberto Carvalho, 1120
Inoã - Maricá - RJ - CEP: 24.944.000

E-mail: pmmiluminacao@gmail.com



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
Processo Número: 2235/2024
Data do Início: 23/09/2024
Rubrica: pe Fis. ss

e produto licitado, mas apenas sobre os melhoramentos promovidos em produto já existente. 6. Tampouco restou demonstrado que o modelo do produto licitado é exatamente aquele patenteado pelo recorrente e que esse produto diante de suas características, é o único no mercado capaz de atender as necessidades do órgão licitante. E, a análise desses elementos tampouco pode ser satisfeita em sede de mandado de segurança, incompatível com a dilação probatória. 7. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido. (STJ - RMS: 37688 MG 2012/0080829-7, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 26/06/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/08/2012)"

INDEFERIDO

IV. DECISÃO

Após análise, a Secretaria de Iluminação Pública decide por **DEFERIR PARCIALMENTE**, deferindo a impugnação da empresa apenas no item de inclusão de desenho e croqui do objeto pretendido e indeferir quanto a solicitação de retirada do termo "patente" na especificação do objeto.

Silvério Bragança
Matrícula 113.076
Secretário

Secretário de Iluminação
Silvério Bragança
Mat. 113.076

Av. Gilberto Carvalho, 1120
Inoã - Maricá - RJ - CEP: 24.944.000

E-mail: pmmiluminacao@gmail.com



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
Processo Número: 2235/2024
Data do Início: 23, 09 / 2024
Rubrica: [assinatura] Fis. 32

Maricá 25 de setembro de 2024

A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Encaminhamos o presente processo para que seja feita análise da PGM ao Parecer de Impugnação referente à contratação de aquisição de Árvores Fotovoltaicas – Pregão 14-2024.

Na oportunidade, renovo protesto de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Silvério Bragança
Mat: 113.076
Secretário de Iluminação Pública.

Secretário de Iluminação
Silvério Bragança
Mat.113.076